

Cota de 20% favorece eleição de mulheres nos municípios

A definição da quota de 20% para participação de mulheres na disputa das eleições municipais mudou o quadro político no Brasil. O TSE - Tribunal Superior Eleitoral - ainda não divulgou os dados oficiais referentes ao número de mulheres que se candidataram e ganharam a eleição.

Alguns TREs, no entanto, já fizeram levantamentos parciais. Em Belo Horizonte, por exemplo, 149 mulheres disputaram a eleição e 6 foram eleitas. Na Paraíba 12 mulheres assumiram a Prefeitura e 339 foram eleitas vereadoras. O maior número de prefeitas eleitas é da região nordeste (92), dos 1558 municípios da região.



Muitas candidatas assumiram o mandato pela primeira vez. As quotas permitiram que as mulheres que tinham um trabalho de destaque nos municípios tivessem oportunidade de disputar um cargo político. São trabalhadoras rurais, líderes comunitárias, representantes de movimento de mulheres e lideranças de comunidade de base da igreja católica. Outras bem sucedidas em mandatos anteriores foram reeleitas. Sem medo do poder elas enfrentaram preconceito e até grosserias nos palanques de candidatos que identificaram no crescimento do número de mulheres na política uma ameaça: a perda do poder.

(Pág. 6)

3 Cresce número de empresárias



Programa de Gestão Pública e Cidadania entrega prêmio às instituições

8 Treinamento de candidatas

12 Mulher na América Latina

O programa "Gestão Pública e Cidadania" de iniciativa da Fundação Getúlio Vargas e da Fundação Ford premiou 20 projetos de instituições públicas (ou que tem parceria com essas instituições). Os projetos são inovadores e contribuem para a ampliação da cidadania através da democratização do acesso a bens e serviços públicos

nas diversas áreas de ação do governo. Cinco projetos tiveram uma premiação de destaque. Dos 20 projetos finalistas, 15 receberam prêmio no valor de R\$ 3.000,00 e os 5 melhores classificados ganharam R\$ 10.000,00. As novas inscrições para o programa "Gestão Pública e Cidadania" do próximo ano deverão ser feitas entre janeiro e maio. (Pág. 10)

Aborto em pauta

O projeto de lei que obriga o atendimento dos casos de aborto legal na rede pública de saúde deve ser apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara na primeira semana de dezembro. É isto o que a relatora do PL 20/91, Deputada Zulaiê Cobra está tentando acertar com o Presidente da CCJR.

Contudo, aqueles que se opõem ao projeto já botaram as mangas de fora e andam fardados pelos corredores da Câmara, espalhando suas idéias fundamentalistas em panfletos de um baixo nível inigualável. Depois de terem sido derrotados fragorosamente, quando da rejeição da PEC 25/95 pela Comissão Especial e pelo Plenário da Câmara, eles retornam com um discurso ainda mais apelativo.

Distorcendo radicalmente a proposta que agora está em discussão - qual seja, de o SUS atender às mulheres que desejem interromper gravidezes resultantes de estupro ou que coloquem em risco suas vidas - esse pessoal pretende confundir os parlamentares e a opinião pública afirmando tratar-se da legalização do aborto.

Falaciosamente, dizem defender o direito à vida, mas são eles próprios que capitaneiam a campanha contra o uso da camisinha para a prevenção da AIDS e demais doenças sexualmente transmissíveis, quando todos sabem que a AIDS não tem cura e mata.

Também são eles que se opõem a todas iniciativas para garantir nos currículos escolares disciplinas de orientação sexual para crianças e adolescentes, quando sabemos que a falta de informação sobre este assunto tem sido a principal responsável por gravidezes indesejadas.

São eles os mesmos que levantam-se contra uma política efetiva de planejamento familiar, que garanta a informação aos cidadãos - homens e mulheres - sobre os métodos contraceptivos disponíveis e lhes permitam assim o exercício do direito de escolha, optando por aquele método que melhor atender às suas necessidades. São estes fundamentalistas que querem impedir a oferta de todos os métodos de contracepção pela rede pública de saúde, o que certamente reduziria drasticamente os tristes índices de mortalidade materna em nosso país.

É uma incoerência total! Que defesa do direito à vida é esta que se opõe às políticas públicas que efetivamente preservariam a vida e a qualidade de vida?

E por falar nisto, voltamos àquele velho assunto: os vetos ao planejamento familiar. Do segundo turno das eleições ao final do ano legislativo restam exatos 30 dias, período no qual, esperamos, o Congresso Nacional derrube os vetos presidenciais, porque aliás, até o próprio FHC já reconheceu ter cometido um erro técnico.

A mulher no mundo do trabalho

No próximo dia 8 de novembro, estará se realizando em São Paulo, o Seminário *A Mulher no Mundo do Trabalho - caminhos para a igualdade*. O Ministro Paulo Paiva abrirá os debates apresentando a ótica do governo em relação a questão.

Vicente de Paula da Silva, Presidente da Central Única dos Trabalhadores, Walter Barelli, Secretário de Emprego e Relações de Trabalho do Estado de São Paulo e Ricardo Young, Coordenador do PNBE-Pensamento Nacional das Bases Empresariais, darão uma visão tripartite sobre a mulher no mercado de trabalho:

Na oportunidade, diferentes experiências quanto à práticas de

incentivo à igualdade serão apresentadas ao público.

Ainda durante o Encontro, será lançado o livro *Discriminação Positiva - Ações Afirmativas em busca da igualdade*. A publicação, de autoria do CFEMEA, está agora na sua segunda edição, a qual foi feita em parceria com o ELAS - Elisabeth Lobo Assessoria, Trabalho e Políticas - ELAS.

O Seminário é uma iniciativa da Fundação Friedrich Ebert - Instituto Latino Americano de Desenvolvimento Econômico e Social (FESILDES), PNBE, ELAS, Instituto Cajamar e Avon. Maiores informações sobre o evento podem ser solicitadas ao FESILDES - fax (011) 813-3114.

Reformulação do Código Civil em pauta

Está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara o projeto de lei nº 1815/91, que elimina as discriminações à mulher do Código Civil. A proposição de autoria do então Senador Fernando Henrique Cardoso tem como relator o Deputado Régis de Oliveira (PFL-SP), que apresentou parecer favorável. O projeto está entre aqueles con-

siderados prioritários pela Bancada Feminina para a implementação do Plataforma de Ação de Beijing'95.

O nosso Código Civil foi escrito em 1916 e está completamente defasado no que diz respeito aos direitos das mulheres, especialmente depois que a nossa Constituição assegurou a igualdade de direitos entre os sexos.

Assédio Sexual

Depois do segundo turno, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado deverá analisar o PLS 235/95, de autoria da Senadora Benedita da Silva (PT-RJ), que criminaliza o assédio sexual. O relator da proposição, Senador José Bianco (PFL-RO), apresentou parecer favorável com substitutivo. A autora e o relator estão em entendimentos para aperfeiçoar o projeto.

O PLS 235/95 prevê a

existência de duas formas de assédio; a verbal (constrangimento por meio de palavras ou gestos) e física (utilização de meios violentos, grave ameaça, fraude ou coação psicológica). São considerados agravantes o fato de o crime ser cometido por chefe ou preposto da vítima, bem como pelo profissional de saúde que a esteja atendendo, e ainda por pessoa que tenha parentesco ou afinidade com a vítima.

CFEMEA - CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA

SCN, Ed. Venâncio 3000, Bl. "A" sala 802-70718-900 Brasília, DF - Telefone: (061) 225-1864 Fax: (061) 225-2336 E-mail: cfemea@ax.jbass.org.br

Programa DIRETOS DA MULHER NA LEB E NA VIDA

Equipe responsável: Gilda Cabral, Guacira César de Oliveira, Iáris Ramalho Cortês, Malô Ligocki e Marlene Libardoni. Conselho Consultivo: Parlamentares: Deputada Jandira Feghelli, Marilu Guimarães, Rita Camata, Sandra Starling, Socorro Gomes e Zulaiê Cobra. Deputados José Genoíno e Nelson Jobim. Senadoras: Benedita da Silva e Marluce Pinto. Feministas: Dóris Louise de Castro Neves, Flórisa Verucci, Gilza Conzanza, Heleieth Saffioti, Lidice da Mata, Luci Choinacki, Marah Régis, Maria Berenice Godinho Delgado, Maria Bethânia de Melo Ávila, Maria Luiza Fontenele, Maria

Tereza Augusti, Rosiaka Darcy de Oliveira, Sílvia Pimentel e Sueli Carneiro.

Comitê de Especialistas: Ana Maria Coats, Dóris Louise de Castro Neves, Eleonora Menecucci de Oliveira, Elizabeth Garcez, Flórisa Verucci, Isabel Grein, Leilah Borges da Costa, Márcia Camargo, Maria do Carmo Menezes, Maria do Socorro Jô Moraes, Paola Capelin Giuliano, Sarah Sorrentino, Sílvia Pimentel, Sônia Corrêa e Sueli Carneiro. Conselho Editorial: Guacira Oliveira, Gilda Cabral e Marlene Libardoni

Jornalista Responsável: Edna Maria Cristina Santos Composição e Arte Final: Adriano Fernandez Cavalcante Impressão: Gráfica e Editora Formato - Brasília-DF/Goiânia-GO

Apoio: Fundação Ford, Fundação MacArthur, NOVIB, UNIFEM e FNUAP.

Promotoras legais populares de São Paulo não completam estágio no Supremo Tribunal Federal



fempress nº 133

O Supremo Tribunal Federal não permitiu a entrada das mulheres de calça comprida.

O STF - Supremo Tribunal Federal - não sabia o que fazer no dia 16 de outubro com um grupo de 14 mulheres do projeto "Promotoras Legais Populares" de São Paulo. Eles vieram até Brasília para conhecer o Tribunal convidadas pelo representante da Procuradoria do Estado de São Paulo, o professor Marcos Ribeiro. Só que ele esqueceu de avisar que mulheres de calça comprida não são bem vindas. Indignadas conseguiram convencer o Presidente do STF, Sepúlveda Pertence. Ele excepcionalmente permitiu a entrada do grupo para assistir a um julgamento. Mas a permissão só durou 15

minutos. Os funcionários espantados alegaram que 15 minutos era o bastante porque o grupo tinha sido privilegiado. Afinal, era a primeira vez em 18 anos que era permitida a entrada de mulheres de calça. Apenas 7 mulheres que estavam de saia conseguiram assistir ao julgamento. A visita ao Supremo em Brasília fazia parte da programação do curso, uma espécie de estágio para as Promotoras. "Ficamos prejudicadas porque o objetivo não foi alcançado. Acho essa decisão do Supremo muito atrasada. Eles deveriam seguir os costumes da época" desabafa Maria Amélia de Almeida Teles, coordenadora do projeto e representante da União de Mulheres de SP.

O projeto "Promotoras Legais Populares" foi criado em 1993. O objetivo é capacitar as mulheres integrantes de movimentos sociais para reconhecerem seus direitos e a ocorrência de violações, para que possam atuar em sua defesa junto às Organizações governamentais com ênfase no Judiciário. Até agora dois grupos de 25 mulheres cada já se formaram.

Uso de saia obedece tradição

O Supremo Tribunal Federal responsabiliza a tradição e os costumes pela proibição do uso por parte das mulheres de calça comprida nas dependências do Tribunal. Desde que foi criado o STF só permite que mulheres entrem no prédio de saia. Não existe portaria ou regimento interno que expresse essa proibição. "É uma questão de costume da casa. É como nas Igrejas. Os padres não gostam de trajes sumários" justifica o diretor-geral do STF, Alysso Mitreud. O receio, segundo ele, é que se a calça comprida for liberada o traje social pode ser substituído pelo traje popular, o que não condiz com o ambiente formal do Tribunal onde se trabalha frequentemente em sessões, turmas e gabinetes de Ministros. Para os homens, por outro lado, já existe uma definição explícita quanto ao traje prevista em Ordem de Serviço. Para eles é obrigatório o uso de paletó e gravata.

O Supremo tem cerca de 500 servidores. Sessenta por cento são mulheres. Em 1993 as servidoras organizaram um abaixo assinado solicitando ao Presidente do STF, na época o ministro Otávio Galotti, que o uso da calça comprida fosse liberado, com excessão do Plenário e das Turmas. O requerimento das mulheres foi apreciado numa sessão administrativa, mas o ministro Galotti indeferiu o pedido. O diretor geral do STF lembra que "não se muda a tradição com um requerimento" e que a "válvula de escape" para as mulheres é utilizar aos poucos trajes como por exemplo, a saia-calça, que "parece mas não é". Destaca que com criatividade as mulheres podem dispor de trajes mais sociais e ter uma maior flexibilização ao longo dos anos, mas adverte: calça comprida só deve ser liberada daqui há uns 5 ou 10 anos.

Emendas asseguram R\$ 20 milhões para casas de abrigo às mulheres

A Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, ambas da Câmara, decidiram apresentar duas emendas ao Orçamento da União que, se aprovadas, viabilizarão a construção e implantação de 27 Casas de Abrigo às Mulheres em Situação de Violência, em todo o país.

Cada Comissão tem direito a apresentar 5 emendas ao Orçamento da União, que têm prioridade sobre todas as demais (individuais ou de bancada). Essas duas Comissões, antes de elaborarem as suas emendas tiveram uma reunião com Organizações Não Governamentais a partir do que acolheram algumas das propostas apresentadas pelas ONG's - o CFEMEA participou destas reuniões.

Se as duas emendas forem aprovadas, o Orçamento da União do ano de 1997 contará com R\$19.938.136,00, referentes a implantação e manutenção de 27 Casas Abrigo em todas as capitais, estimativa feita partir de dados fornecidos pela Casa Abrigo de Porto Alegre.

Ao priorizarem estas emendas, a CDH e CDCMAM entre outros aspectos, levaram em consideração o fato de que o Programa Nacional de Direitos Humanos, aprovado neste ano, entre as medidas destacadas para serem implementadas a curto prazo prevê

"incentivar a criação de centros integrados de assistência à mulheres sob risco de violência doméstica e sexual", e que cabe a União apoiar "às políticas dos governos estaduais e municipais para prevenção da violência doméstica e sexual". Ações neste sentido também estão consignadas

no Programa Nacional de Prevenção à Violência Doméstica e Sexual, iniciado no último 8 de março, pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher/Ministério da Justiça, que prevê a proteção às vítimas e seus familiares em caso de risco de vida.

O Orçamento da União de 1997 tem que ser votado até o final deste ano. As emendas apresentadas pelo Congresso Nacional, antes de serem submetidas ao Plenário, devem ser analisadas por relatores parciais do Orçamento, ainda não designados, e só depois seguem para o relator geral, Senador Carlos Bezerra (PMDB-MT).



fempress nº 129

Articulação

Nova mulher, nova moral, novo Código Penal



Dia 25 de novembro é a data latino-americana de combate a violência contra a mulher (veja box). A Articulação de Mulheres Brasileiras está se mobilizando para fazer deste dia um marco da nossa luta pela reformulação do Código Penal.

O Fórum de Mulheres do Ceará, encarregado da organização de uma Campanha Nacional com este objetivo preparou uma "cesta de sugestões" para o 25 de novembro, a partir da qual os fóruns dos outros estados podem criativamente botar a boca no trombone.

Sob o slogan "Nova mulher, nova moral e novo Código Penal", a idéia é cobrar do governo a efetiva implementação dos compromissos assumidos na Plataforma de Ação de Beijing com relação ao combate a violência contra a mulher, bem como

realizar debates, seminários palestras, oficinas, que possibilitem a discussão ampla da questão, e também manifestações de rua para denunciar, pressionar e despertar a opinião pública para a gravidade do quadro de violência contra a mulher.

Neste sentido, o Fórum de Mulheres do Ceará lembra que é importante que em cada estado os Fóruns/Articulações destaquem e atualizem os casos impunes, bem como os julgamentos que já estão com datas marcadas. A coleta de dados nas delegacias sobre os registros de ocorrência relacionados à violência contra a mulher é importante para alimentar os meios de comunicação. A distribuição de releases para a imprensa e o estabelecimento, com antecedência, de contato com as redes de rádio e TV para propor uma programação especial é importante para dar maior expressão ao fato político.

O Fórum de Mulheres do Ceará lembra ainda, que é importante aproveitar as mobilizações deste dia para colher assinaturas para o abaixo-assinado pela Reformulação do Código Penal, de iniciativa das companheiras do grupo THEMIS, do Rio Grande do Sul, e já distribuído a todos os Fóruns.

O Dia Latino-Americano de combate a violência contra a mulher foi instituído em julho de 1981, na Colômbia, durante o I Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho.

Há 36 anos atrás, em 25 de novembro de 1960, na República Dominicana, as irmãs Mirabal - Pátria, Maria e Teresa - foram raptadas quando faziam uma visita a presos políticos de seu país, submetidas a torturas, todo o tipo de violência sexual e assassinadas pelo Serviço de Inteligência Militar da ditadura de Leónidas Trujillo.

A data é, portanto, uma homenagem a estas mulheres, mas também uma denúncia e afirmação do compromisso das feministas latino-americanas na luta pelo combate a violência contra a mulher.

NOTA DE REPÚDIO

O Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal, o Fórum de Combate à Violência contra a Mulher de Samambaia, do Gama, de Ceilândia e o Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Direitos da Mulher assinaram uma nota de repúdio contra a decisão do Juiz de Samambaia/DF, Dr. Carlos Pires Neto, que em agosto liberou Daniel Xavier responsável pelo estupro da menor L. P. S. Daniel Xavier no dia 30 de junho de 1996 ameaçou com uma faca a menor L. P. S., obrigou-a a ingerir bebida alcoólica até embriagá-la e em seguida estuprou-a violentamente. O criminoso foi preso horas mais tarde, em flagrante, por uma ação imediata da 26 DP de Samambaia/DF. Mas apesar do estupro ser um crime hediondo e portanto inafiançável, o Juiz Carlos Pires Neto liberou Daniel Xavier.

O acusado é irmão do deputado Adão Xavier e tem se valido deste fato para tentar mais uma vez fazer com que a impunidade prevaleça.

Brasília é hoje conhecida como a "Capital do Estupro". Só no ano passado foram denunciados 450 casos, sem contar com os casos que não chegam ao conhecimento das autoridades porque a vítima tem medo, vergonha ou porque os casos acontecem dentro de casa praticados por pai, padrasto, avô ou parente próximo. O índice de abuso sexual e estupro de menores dentro de suas próprias casas chega a 80%. No dia 3 de julho de 1996, o Governador e a Vice-Governadora do DF lançaram o Programa de Combate e Prevenção à Violência contra a Mulher para atender a todas as mulheres de Brasília e de outras localidades.

Estado e sociedade civil: uma relação delicada

Jacqueline Pitanguy
Leila Linhares Barsted
Diretoras do CEPIA

Durante 21 anos a sociedade brasileira viveu um processo de afastamento do Estado, representante e viabilizador de um modelo político e econômico autoritário. A redemocratização, na década de 80, levou à construção de pontes e caminhos que permitissem uma relação mais fluída entre a sociedade e Estado buscando o diálogo e, até mesmo, a cooperação na construção de um país menos excludente e mais respeitador dos direitos de cidadania. Ao nível internacional avolumam-se as recomendações no sentido de que haja um aprofundamento da cooperação entre Estado e ONG's para a implementação de programas nas mais diversas áreas. No Brasil esta colaboração vem se efetuando com avanços e recuos. Trata-se de uma relação delicada, tanto mais porque se dá entre protagonistas que estão muito assimétricos no que se refere ao poder político, econômico e acesso à mídia. O recente episódio envolvendo a CEPIA e o Programa Nacional DST/AIDS, do Ministério da Saúde, exemplifica essa assimetria.

Em agosto, recebemos do Programa Nacional DST/AIDS materiais sobre prevenção de DST/AIDS, sem qualquer orientação sobre qual seria o seu público-alvo nem qualquer plano de distribuição dos mesmos ou esclarecimento sobre como o Ministério da Saúde acompanharia essa distribuição. Imaginamos que esse órgão estava delegando à ONG receptora o poder de decidir sobre a sua circulação. Por isso, em princípio de outubro, por solicitação de uma trabalhadora doméstica, de 25 anos, que manifestou interesse em ter mais informações sobre este tema, uma colaboradora dessa ONG entregou-lhe exemplares desses materiais, que foram por ela, levados à professora do seu curso noturno supletivo, que atende a jovens adultos de classes populares. Com o aval desta e do próprio diretor da escola, distribuiu-as entre os colegas que, segundo ela, nada ou pouco sabiam sobre prevenção de DST/AIDS.

Assim, ficamos profundamente

surpreendidas quando recebemos sem nenhum contato prévio para esclarecimentos, um fax do Ministério da Saúde acusando esta ONG de ter agido de forma "no mínimo impensada" com "conseqüências desastrosas", por ter distribuído material, que supostamente seria dirigido apenas a profissionais do sexo e presidiários, para alunos de 1º e 2º graus de escolas do Rio de Janeiro. Foi através desse mesmo fax que, pela primeira vez, tomamos conhecimento de que o Ministério considerava a cartilha ONDE MORA O PERIGO restrita a esses segmentos da população. Logo depois, vimos essa mesma acusação estampada na imprensa.



fempress nº 131

De repente, nos vimos numa situação kafkaniana - à CEPIA nunca desenvolveu e, ainda, não desenvolve, trabalhos voltados especificamente para esses grupos sociais. Por que então recebemos cerca de 2.000 exemplares dos mesmos??? Por outro lado, o material não traz qualquer indicação de que a intenção da Coordenadora do Programa DST/AIDS fosse restringir sua leitura àquele público específico, mesmo porque, sua contra-capa traz a seguinte introdução da Dra. Lair Guerra de Macedo Rodrigues:

"A AIDS não tem cura (...) a melhor arma para combater esta doença, que se alastra com uma velocidade assustadora, é a informação. Informação clara, livre de preconceitos. Este é o objetivo desta revista em quadrinhos. Uma história simples, que pode acontecer a qualquer um. Um drama de amor e erotismo em que as informações técnicas estão

inseridas no roteiro, e podem ser assimiladas naturalmente pelo leitor no desenrolar da trama".

Por isso, apesar da configuração gráfica dessas cartilhas não ser do nosso gosto pessoal, imaginamos que estas se destinavam a jovens e adultos de classes populares que têm vida sexual ativa, já que seus protagonistas principais são um jovem balconista e uma jovem manicure. Talvez no intuito de atender às recomendações da contra-capa da cartilha, de usar informação clara e livre de preconceitos", a equipe de produção, cujos créditos constam na última página, tenha retratado em traços bastante realistas os encontros sexuais entre os protagonistas. Quem trabalha com a prevenção do HIV/AIDS sabe da importância de uma narrativa clara e direta para a eficiência da absorção da informação sobre sexo seguro.

Em vez de o Ministério da Saúde vir à público defender seu material, surpreendentemente, voltou-se contra a CEPIA que procurava, tão somente, agir em colaboração com o Estado, recriminando-a publicamente através dos mais diversos meios de comunicação.

Sabemos que o Programa DST/AIDS enfrenta resistências de setores conservadores, razão pela qual precisamos, mais que nunca unir forças em defesa de algumas constatações fundamentais: a) a AIDS ainda não tem cura e a população precisa ser claramente informada disso; b) grande parcela da população brasileira, em particular os jovens, tem vida sexual ativa e ainda é preconceituosa quanto ao uso da camisinha; c) está comprovada a necessidade de se aliar a prevenção ao erotismo para mudar comportamentos e incentivar o uso do preservativo.

Durante o regime militar a saudosa atriz Dina Sfat, participando de um programa de televisão, disse que tinha medo de generais. Dina sintetizou, com essa frase, o medo que, na época, sentíamos do Estado. Temos certeza que esses tempos difíceis foram definitivamente superados. Hoje, apesar do ocorrido, ainda consideramos necessária a colaboração entre Estado e sociedade civil. Entretanto, para que ela seja duradoura e positiva cuidemos dessa relação ainda tão delicada.

Cota de 20% favorece eleição de mulheres nos municípios

A definição da quota de 20% para a participação de mulheres na disputa das eleições municipais mudou o quadro político. O TSE - Tribunal Superior Eleitoral - ainda não computou os dados relativos ao número de mulheres que se candidatou e aquelas que ganharam a eleição. Alguns TREs - Tribunal Regional Eleitoral - nos Estados já fizeram levantamentos parciais e divulgaram os dados. Em Belo Horizonte, por exemplo, dos 768 candidatos que disputaram uma vaga na Câmara Municipal, 149 eram mulheres e 6 ganharam a eleição. Em relação à eleição de 1992 dobrou o número de

mulheres eleitas para a Câmara Municipal. Trinta e sete municípios mineiros elegeram candidatas mulheres para as Prefeituras. O PFL e o PMDB foram os partidos que elegeram o maior número de mulheres seguidos pelo PPB e PSDB. Em Mato Grosso do Sul foram eleitas 4 prefeitas e 97 vereadoras. Na Paraíba assumiram a Prefeitura 12 mulheres e 339 foram eleitas vereadoras. Segundo o Ibm-Instituto Brasileiro de Administração Municipal- dos 4. 974 municípios brasileiros 171 mulheres ocuparam a Prefeitura. O maior número de prefeitas eleitas é da região Nordeste (92) dos 1558 municípios da região.

Muitas candidatas assumiram o mandato pela primeira vez. As quotas permitiram que mulheres que tinham um trabalho de destaque nos Municípios tivessem oportunidade de disputar um cargo político. São trabalhadoras rurais, líderes comunitárias, representantes de Movimento de Mulheres e lideranças de comunidade de Base da Igreja Católica. Outras bem sucedidas em mandatos anteriores foram reeleitas. Sem medo do poder eles enfrentaram preconceito e até grosserias nos palanques de candidatos que identificaram no crescimento do número de mulheres na política uma ameaça: a perda do poder.



Francisca

Francisca Alves Ribeiro, 36 anos, divorciada, 3 filhos, foi a única mulher trabalhadora rural eleita para a Câmara Municipal de Carinhanha, na Bahia. No próximo ano ela assume o Legislativo, pela primeira vez, com

mais 13 colegas, todos homens. Francisca, a "Chica do PT" foi eleita com 368 votos pela coligação PMDB-PT-PDT. Disputou a eleição com 8 mulheres de diferentes partidos. O Município de Carinhanha, que fica na zona rural e tem 15 mil eleitores. Francisca sempre participou de trabalhos de base com a comunidade. Há 8 anos ela é Presidente do Movimento de Mulheres de Carinhanha participou da Associação de Moradores e é membro do Cedoca-Centro de Pesquisa e Formação Popular Dona Carmen- responsável pela formação de lideranças e pela realização de cursos de administração agrícola e educação popular. Realiza um trabalho de alfabetização para mais de 10 mil jovens e adultos. A escolha de Francisca para disputar a eleição se deu num debate com o Movimento de Mulheres. "Já estávamos sentindo a necessidade de disputar o poder. O assunto havia sido discutido exaustivamente. Tivemos reunião inclusive com a Juíza Eleitoral, Leonides Bispo dos Santos. Com as informações da Cartilha "Mulheres sem Medo do Poder" fundamentamos o nosso discurso e fomos à luta".

Durante a campanha "Chica do PT" defendeu no seu programa o atendimento à saúde integral da mulher mas também destacou outros pontos de interesse

de toda a comunidade como a fiscalização e transparência dos atos do Executivo e fortalecimento das organizações populares. Para Francisca não adianta ter consciência se a base está desorganizada. Quando tomar posse a primeira providência é criar um comitê com representantes dos diversos setores da sociedade para avaliar as prioridades do Município.



Efigênia

Foi como militante há quase 20 anos do Movimento de Mulheres do Cabo de Pernambuco que Efigênia Maria de Oliveira, 52 anos, casada, 2 filhos, se elegeu pela primeira vez para vereadora pelo PPS-PE do Município de Cabo de Santo Agostinho

(zona da Mata) com 689 votos. Ela foi eleita com a maioria dos votos das mulheres da região. O Movimento de Mulheres do Cabo atende cerca de 5000 mulheres da periferia urbana e rural por ano. Trabalha na área de violência contra a mulher e saúde. Num primeiro momento Efigênia se surpreendeu com a vitória porque fez uma campanha sem recursos. Contou com o apoio só das militantes mas reconheceu depois que a vitória foi resultado de um trabalho de base sério e organizado. Na Câmara Municipal vai defender uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho, mais espaços para cursos profissionalizantes e construção de moradias populares.

Maria Inês Botelho, 48 anos, solteira, professora e empresária, dona da Escola São Francisco de Assis é a primeira mulher a assumir a Prefeitura de Mandaguari



Maria Inês

no Paraná. Maria Inês não é marinha de primeira viagem. Já cumpriu dois mandatos como vereadora de 1983 a 1992 pelo PMDB, o que lhe trouxe experiência para disputar um cargo no Executivo. Sem medo do poder ela já começou a montar a equipe e definir as prioridades da sua gestão já que agora vai administrar um Município com mais de

30 mil habitantes. A preocupação da nova prefeita eleita pelo PSDB é com o desemprego e a transparência dos atos do Executivo. Ela quer que a Prefeitura se torne mais funcional e tenha controle dos gastos o que não estava acontecendo antes. Esses foram os pontos mais importantes que destacou na campanha. Maria Inês foi eleita com mais da metade dos votos do Município que tem 22 mil eleitores e se caracteriza por um setor industrial forte conhecido internacionalmente pela fabricação de postes e transformadores dos Irmãos Romagnoli.

Na avaliação de Maria Inês a definição da quota dos 20% ajudou a mulher a disputar o poder. No PSDB disse que não enfrentou nenhum preconceito já que o partido tem mais mulheres que homens e encontrou até uma situação positiva. Os homens apóiam a participação das mulheres na política e trabalharam muito na campanha. Muitos homens inclusive "acham que as mulheres são mais organizadas, responsáveis e honestas, características que estão cada vez mais atraindo os eleitores. Eu acho que somos também mais profundas e detalhistas nas análises". A prefeita considerou muito

importante a participação feminina nessas eleições e pretende criar no Município um Instituto de Formação Política para as Mulheres.



Maria do Rosário

Ela foi presenteada com a maior votação nominal do Estado - 20.874 votos. Esse é o segundo mandato da vereadora Maria do Rosário Nunes (PT-RS), 29 anos, casada. A vitória tem uma explicação. Seriedade e muito trabalho na defesa de um tema que

hoje mobiliza a sociedade: os Direitos Humanos e o fim da exploração sexual de crianças e jovens. O desempenho do Partido dos Trabalhadores que pela terceira vez ocupa a Prefeitura do Estado também favoreceu a vereadora. Ela foi a única mulher eleita pelo partido em Porto Alegre. Mais 4 vereadoras do PSDB, PMDB e 2 do PTB foram eleitas. Três delas são de primeiro mandato. Na opinião de Maria do Rosário a quota de 20% ajudou as mulheres. Deu oportunidade para muitas lideranças disputarem o poder. "A quota garantiu uma presença natural da mulher na política já que ela havia conquistado um espaço no partido. O que não existia ainda era o reconhecimento. A quota de 20% qualificou o debate". A vereadora já está organizando em Porto Alegre o I Encontro das Mulheres Eleitas. Embora sejam de partidos diferentes elas vão se articular para definir propostas em comum como a defesa do orçamento para projetos sociais, mais repasse de verbas para os Municípios na área de saúde apoio à projetos de violência contra a mulher.

Enfrentando a tradição

"Araçuaí tem jeito".

Maria do Carmo Ferreira da Silva, 42 anos, solteira, sempre acreditou nisso. Arregaçou as mangas e desafiou as tradições. Foi a primeira mulher eleita pelo PT para a prefeitura de Araçuaí (Vale do Jequitinhonha) em Minas Gerais. Um reduto de famílias tradicionais do Município do PMDB e PFL que se alternavam no poder há 30 anos. Maria do Carmo é também a primeira negra do Município a assumir o poder. Ela foi eleita com 9.940 votos. Araçuaí tem 40 mil habitantes e 23 mil eleitores.

A nova prefeita enfrentou preconceito de todo tipo durante a campanha. Com frequência ouvia frases como essas: "Lugar de negro é na África", "Como uma mulher pode administrar?". Até a estatura de Maria do Carmo era motivo de crítica. Ela tem 1,40 m e para os adversários ela costumava responder: "Sou pequena mas não sou metade". Maria do Carmo está feliz com o espaço político que conseguiu. Sabe da responsabilidade que tem na Prefeitura e vai dividir o trabalho com o apoio de grupos sociais

organizados. Quer uma administração popular. Defende como um dos pontos principais da sua campanha a transparência do Executivo. Ela afirma que os habitantes de Araçuaí apostaram nela como a candidata da mudança. Estavam cansados de corrupção. Maria do Carmo é assistente social. Participa junto com a Igreja Católica de projetos comunitários na Diocese de Araçuaí, que hoje beneficiam quase 20 mil famílias. Os projetos são realizados em parceria com ONG's e Governo. Maria do Carmo é também professora de Filosofia, Organização e Normas de Escolas Profissionalizantes.

Maria do Carmo teve muitos votos das mulheres. Araçuaí é um Município de grande migração. É um dos maiores centros de saída de mão-de-obra. Cerca de 5000 pessoas deixam o Município por ano para trabalhar nos canaviais. As mulheres que ficam são até conhecidas na região como "viúvas de maridos vivos". A prefeita acredita que enquanto as mulheres não brigarem por seu espaço serão as mais prejudicadas.

Treinamento de candidatas foi realizado em 22 capitais



Dep. Marta Suplicy

Cerca de 800 candidatas de 15 capitais participaram do treinamento para mulheres candidatas patrocinado pelo PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e sob a responsabilidade do IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Em mais 7 capitais o treinamento foi realizado com o apoio da Cida-Agência Canadense de Cooperação- e Ipê-Instituto para Promoção da Equidade. Em cada Estado as entidades que bancaram o projeto e os movimentos de mulheres assumiram as responsabilidades de divulgação e organização dos treinamentos correndo contra o tempo e dificuldades de comunicação com as mulheres candidatas. O Treinamento de Candidatas faz parte da Campanha "Mulheres sem Medo do Poder" lançada em março deste ano. Nesse trabalho foram utilizadas 150 mil cartilhas e 500 fitas K-7 produzidas para emissoras de rádio. A "Voz do Brasil" se responsabilizou também pela divulgação da campanha. Esses dados constam do relatório sobre o balanço da campanha realizado pelo gabinete da deputada Marta Suplicy (PT-SP).

Na avaliação da equipe do IBAM houve várias dificuldades para a realização do treinamento como: o TSE-Tribunal Superior Eleitoral- não cumpriu o trato com as parlamentares federais de esclarecer sobre a legislação da "quota" na TV, os Tribunais Regionais Eleitorais não forneceram relação de nomes e endereços de mulheres candidatas e houve atraso na realização dos treinamentos que só aconteceu em cima da hora, em julho de 1995.

As instituições que participaram do Treinamento de Candidatas consideraram que as quotas desempenharam papel importante na criação de novos espaços de disputa para as mulheres nos partidos, no estímulo às mulheres para a disputa eleitoral, na colocação do tema "mulher" com maior frequência nos temas de campanha e na mídia e inserção de mulheres em práticas partidárias. As mulheres que participaram dos treinamentos foram unânimes em afirmar, segundo o IBAM, que é preciso canalizar essa potencialidade das mulheres candidatas e eleitas com a continuidade das ações da campanha Mulheres sem Medo do Poder.

Segundo a conclusão do relatório da deputada Marta Suplicy, não se tem ainda um quadro oficial do número de mulheres eleitas no País, mas pode-se concluir com antecedência que o princípio das quotas já se mostrou como instrumento eficaz para ampliar a possibilidade de acesso das mulheres às legendas, mas que só as quotas não bastam para modificar a condição das mulheres em relação aos centros decisórios. É preciso ampliar o trabalho de articulação das mulheres políticas nos âmbitos suprapartidários e partidários. É preciso investir também na capacitação das mulheres políticas para se quebrar o processo de exclusão das mulheres nos partidos. O relatório chama a atenção para a necessidade de apoio e capacitação das mulheres que estão agora entrando na política. As mulheres que forem eleitas deverão ser apoiadas para que possam executar bem suas funções e contribuir para a ampliação dos espaços de cidadania a muitas outras mulheres. As mulheres não eleitas deverão ser estimuladas a terem militância político-partidária mais intensa e incorporando a perspectiva de gênero.

GT sobre Poder apresenta proposta à Articulação

O que a Articulação de Mulheres Brasileiras-AMB poderia fazer no próximo ano com relação ao empoderamento das mulheres? Para responder a esta questão, os grupos CFEMEA, Elisabeth Lobo Assessoria - ELAS, e a Rede de Defesa da Espécie Humana - REDEH, que constituíram o Grupo de Trabalho do eixo temático de "Poder" da AMB trocaram algumas idéias que incluem: 1) o levantamento e avaliação dos organismos institucionais de mulheres, o que seria levada à efeito através de um projeto de pesquisa participante; 2) Formação e fortalecimento dos fóruns estaduais através de seminários de formação para capacitar integrantes dos Fóruns de Mulheres para a negociação e acompanhamento da implementação da Plataforma de Ação de Beijing'95 com as diferentes

esferas de poder; 3) Para as eleições de 1998, a idéia do GT de Poder é elaborar uma plataforma e um manifesto feminista para a campanha eleitoral, que embasariam uma campanha nacional de marketing feminista, cujas peças poderiam ir desde adesivos até out door, camiseta, jornal, panfleto, jingle e fitas cassete, spot na TV etc. O GT também achou necessário seguir com a capacitação de candidatas a partir de uma perspectiva de gênero e promover um debate de mais alto nível sobre o aborto nas eleições, subsidiando as(os) candidatas simpáticas(os) à proposta de descriminalização com publicações que lhes permitissem o enfrentamento das discussões sobre o assunto; 4) Elaborar um relatório de avaliação da situação da mulher no país, a ser entregue ao IRAW Internacional Women Right Action Watch.

Cresce o número de empresárias no Brasil



Cerca de 200 mulheres empresárias da área rural e urbana e profissionais liberais participaram em outubro, em Brasília, da VIII Convenção Nacional das Mulheres de Negócios e Profissionais. O evento é promovido anualmente pela FAMNeP-Federação das Associações das Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil com o objetivo de traçar as metas de trabalho para 1997.

A presidente da AMNP-DF, Marta Bittar Cury, diretora superintendente da Planalto Automóveis de Brasília, destacou que o número de mulheres empresárias no País está crescendo. Lembra que a FAMNeP foi criada em 1987 com apenas 3 Associações, em SP, Brasília e Blumenau. Hoje são mais de 30 em todo o País e mais 4 Associações das Mulheres de Negócios e Profissionais

estão sendo criadas no Rio de Janeiro, Vitória, Amapá e Rondônia. Atualmente já existem mais de 2000 sócias espalhadas pelo Brasil. Na avaliação de Marta Cury esses dados demonstram que as mulheres têm interesse em se profissionalizar mais na área empresarial. "A mulher passou a ter consciência de seu valor e teve a coragem de mostrar seu talento. A credibilidade da mulher empresária também aumentou". Ressalta ainda que o Associativismo foi muito importante para acelerar a participação da mulher no mundo empresarial e que a mulher empresária tem uma visão diferenciada dos homens. "A mulher do século XXI agrega inteligência, intuição e capacitação que é uma maneira particular de conduzir o trabalho".

A diretora financeira da Revendedora Brahma em Brasília, Beatriz Koffes, 38 anos, afirma que as Associações de Mulheres de Negócios está conseguindo mobilizar também donas de casa de todo o País, que passaram a ter necessidade de uma atividade profissional. Ressalta, no entanto, que a mulher ainda tem um pouco de medo de se atirar mais, principalmente quando assume um cargo estratégico de direção, por exemplo.

CFEMEA participa do Encontro

O CFEMEA participou do Encontro explicando para as mulheres empresárias os objetivos, estrutura e trabalhos realizados pela Organização. A socióloga, Sônia Malheiros destacou que o CFEMEA atualmente acompanha 158 proposições entre projetos de lei e propostas de emendas constitucionais de 4 grandes áreas como trabalho, saúde e sexualidade, violência e direitos humanos e civis. As outras áreas englobam o racismo, educação, direitos políticos, orientação sexual, desenvolvimento urbano e habitação, mulher rural e previdência social. Dos 158 projetos, 120 são da Câmara, 24 do Senado e 13 do Executivo. Deste total 54 foram apresentados por mulheres.

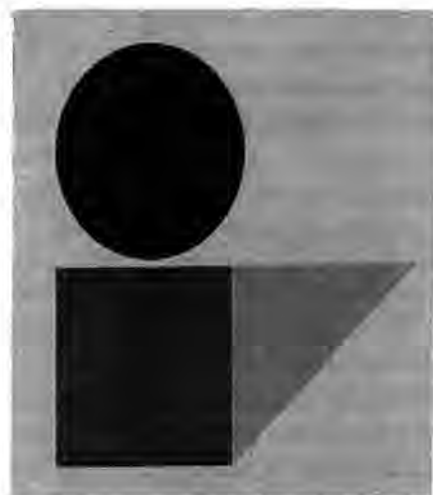
Para as Mulheres de Negócios, Sônia Malheiros destacou o projeto de lei 2417/89, da deputada

Rita Camata (PMDB-ES) que "dispõe sobre a concessão de benefício fiscal às pessoas jurídicas-concedendo o direito de abater até 30% do montante de salários pagos, no ano-base a empregados do sexo feminino sempre que comprovarem aplicar no mínimo 50% do valor abatido em treinamento e qualificação da mão-de-obra). O objetivo do projeto é incentivar a contratação de mulheres bem como o treinamento e qualificação profissional da mão-de-obra empregada, regulamentando assim o inciso XX do artigo 7º da CF que "garante proteção do mercado de trabalho da mulher mediante incentivos específicos nos termos da lei". Este dispositivo no texto constitucional fundamenta-se em convenções internacionais como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher das Nações Unidas e Convenção da OIT,

das quais o Brasil é signatário. Assim encontra-se inserido dentro da Política de Ações Afirmativas (medidas adotadas temporariamente com o objetivo de sanar situações de desigualdade construídas historicamente).

Em 13 de julho deste ano a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) e Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados com o apoio do CFEMEA realizou o seminário "A Mulher no Mundo do Trabalho" com a finalidade de discutir as ações afirmativas subsidiando a discussão sobre o PL 2417/89. Este projeto já foi aprovado por unanimidade na CCJR, e na CTASP e está aguardando pauta para ser discutido na CFT, já tendo parecer favorável do relator, deputado Pedro Novais (PMDB-MA).

Programa de Gestão Pública e Cidadania entrega prêmio à instituições



O Programa "Gestão Pública e Cidadania" de iniciativa da Fundação Getúlio Vargas e da Fundação Ford premiou no dia 19 de setembro, 20 projetos de instituições públicas (ou que têm parceria com essas instituições) estadual e municipal subordinadas aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Os projetos são inovadores e contribuem para a ampliação da cidadania através da democratização do acesso a bens e serviços públicos nas diversas áreas de ação do Governo. Cinco projetos tiveram uma premiação de destaque.

O Programa "Gestão Pública e Cidadania" foi criado nos Estados Unidos e hoje existe também nas Filipinas. Começou a ser desenvolvido no Brasil no ano passado. O objetivo é disseminar o que está indo bem na administração pública, descobrir as inovações, aumentar o estoque de conhecimento sobre experiências alternativas em gestão pública e premiar as melhores iniciativas. Podem participar do Programa projetos que tenham pelo menos um ano de operação. Neste ano o Programa instituiu o Primeiro Ciclo de Premiação com 630 projetos inscritos de todo o País. Segundo Marta Farah, vice-coordenadora do Programa, um número surpreendente já que nos EUA o projeto implantado há bastante tempo tem 1000 inscrições por ano. Para

mobilizar as instituições interessadas foram enviadas 17 mil correspondências para todo o Brasil. Foi escolhido também um comitê técnico para avaliar os projetos composto por representantes das seguintes instituições: CFEMEA, Fase (Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional), Ebap (Escola Brasileira de Administração Pública), Escola de Governo de Minas Gerais (Fundação João Pinheiro), UFPA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos), Instituto Pólis, os Centros de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) e de Políticas Públicas (CEPP) e os Programas de Pós Graduação em Administração das Universidades Federais da Bahia, Paraíba e Rio Grande do Sul. A banca julgadora foi integrada por 12 membros de diferentes áreas da sociedade como Fundação Ford (Nigel Brook) Agop Kayayan (Unicef), Zuenir Ventura (Jornal do Brasil) etc.

PROJETOS

Dos 20 projetos finalistas, 15 receberam prêmio no valor de R\$ 3.000,00 e os 5 melhores classificados ganharam R\$ 10.000,00. O prêmio é destinado exclusivamente às despesas de divulgação, custeio ou investimento nos projetos, programas ou atividades vencedoras. A maioria dos temas desses projetos está relacionada à área de educação (15,5%), saúde (12,9%), criança e adolescente (7,5%), cultura e formas de gestão e planejamento (5,7%). São áreas críticas que sinalizam questões importantes para os Estados. A região Sudeste foi a que apresentou o maior número de projetos, 60% seguida da região Sul, 20%. Dos 20 projetos finalistas foram abordados temas relacionados à saúde (medicina preventiva-médico de família-Joama-MG), agricultura (Pólo Agroflorestal-assentamento agrícola de ex-

seringueiros e agricultores-Rio Branco-Acre) Educação (Bolsa-Escola-um salário mínimo para a família que mantém o filho na Escola-Brasília), Ecologia (Projeto Jaburú-Associação dos Xavantes-Preservação da caça-Nova Xavantina-Mato Grosso), e criança e adolescente (Projeto Meninas de Santos). Este projeto procura dar assistência às adolescentes prostituídas e em situação de risco social. Através de orientação pedagógica, oficinas de sexualidade, atividades esportivas e cursos profissionalizantes, as adolescentes são estimuladas a recuperarem a autoestima, freqüentarem a escola e se capacitarem profissionalmente. O projeto vem buscando o apoio da iniciativa privada. O projeto é desenvolvido pela Secretaria de Ação Comunitária e Prefeitura Municipal de Santos. "A avaliação que fazemos da premiação é positiva principalmente porque foi uma oportunidade de todos estarem em contato", afirma Marta Farah, vice-coordenadora do Programa Gestão Pública e Cidadania.

Os cinco projetos finalistas que se destacaram foram: Modelo de Gestão dos Resíduos Sólidos da Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte, Programa-Médico de Família da Prefeitura Municipal de Londrina e Autarquia do Serviço Municipal de Saúde, Comissão Permanente de Investimento e Fiscalização das Condições de Trabalho da Secretaria Estadual de Cidadania, Justiça e Trabalho, Universalização do Ensino de Icapuí da Prefeitura Municipal e Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza e Casa Rosa Mulher da Prefeitura de Rio Branco e Secretaria Municipal do Trabalho e Bem-Estar Social.

As novas inscrições para o Programa Gestão Pública e Cidadania do próximo ano deverão ser feitas entre janeiro e maio. ➔

Casa Rosa Mulher

O projeto dá assistência às mulheres em situação de violência doméstica, prostituição ou risco pessoal e social. O atendimento é feito nas áreas de saúde, psicologia, jurídica e atividades educativas e formativas. Procura resgatar a auto-estima feminina e orientar e promover a reintegração de mulheres que se encontram em situação de exclusão. O projeto é desenvolvido pela Prefeitura de Rio Branco-Acre através da Secretaria Municipal do Trabalho e Bem-Estar Social. Tem como parceiros o Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre, Rede Acreana de Mulheres e Homens, Unicef, Sesc/AC, Conselho Comunidade Solidária, Fundação

Garibaldi Brasil, Ministério da Saúde, Ministério da Cultura e Universidade Federal do Acre. Trabalha com recursos do Orçamento da União (47,2%), Municipal (41,7%), Unicef (7,7%) e Ibam (3,5%).

O projeto foi criado em 1994. Em 1995 realizou 1636 atendimentos correspondendo a 54,5% da clientela potencial. A Casa Rosa Mulher nasceu em 1984 no ano de grandes denúncias da ida de meninas para o garimpo de Rondônia e Casas de Prostituição de Porto Velho. O Movimento de Mulheres que já vinha se articulando na época para criar um local para atender os casos de violência doméstica e com os índices que revelavam aumento da prostituição

decidiu então criar a Casa Rosa Mulher, um projeto mais abrangente.

A assistente social, Alcinéia Moreira de Souza, 29 anos, coordenadora do projeto, lembra que existem vários trabalhos jornalísticos sobre prostituição de crianças e adolescentes, mas a Casa Rosa Mulher é o único projeto social da região Norte que lida dia a dia com essa situação. Para ela a premiação do programa Gestão Pública e Cidadania foi importante para consolidar e afirmar o sucesso do projeto. "Foi um espaço a mais que ganhamos para mostrar o nosso trabalho. Queremos agora defender o projeto junto à nova administração da prefeitura". ■

Articulação em dificuldades

Estava prevista para novembro uma reunião do Comitê Nacional da Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB, constituído por representantes dos Fóruns/Articulações Estaduais de Mulheres. Entretanto, a Secretaria Executiva da AMB está enfrentando várias dificuldades para conseguir o apoio financeiro necessário à realização deste encontro, que deveria reunir 58 pessoas. Mesmo procurando recursos apenas para estadia e alimentação - as passagens ficariam por conta de cada Fórum - o custo da reunião está orçado em R\$ 4.118,00. O projeto neste valor já foi apresentado à duas instituições que, entretanto, deram resposta negativa.

A própria Executiva da Articulação, formada pelos Fóruns de Pernambuco, Goiás, Ceará, Bahia, São

Paulo e pelo CFEMEA não tem conseguido se reunir para, de forma coletiva, buscar soluções ao problema.

A falta de uma alternativa, até o momento, para realizar o Encontro a Articulação de Mulheres Brasileiras nos coloca frente à frente com um problema bastante grave. Afinal, sem recursos para darmos seqüência às nossas atividades e sem sequer a possibilidade de nos reunirmos para definir o Plano de Trabalho do próximo ano ficamos de mãos atadas...

Não é próprio das mulheres ficarem nesta situação. Assim, fica o SOS para todas. Criatividade, empenho, vontade pública e responsabilidade coletiva, nos parecem, são ingredientes fundamentais para resolver a questão.

Cooperativistas em Costa Rica

A Fetrabalho-Federação das Cooperativas de Trabalho do Estado de SP - convida entidades para participar de 2 eventos organizados pela Aliança Cooperativa Internacional no período de 17 a 24 de novembro na Costa Rica: o Primeiro Encontro Continental de Mulheres Cooperativistas (Quantas somos e o que queremos) e da Conferencia Regional 1996 (Desglobalização ameaça global-mercados locais). A Fetrabalho

pretende organizar uma delegação de mulheres e preparar relatórios sobre as mulheres cooperativistas no contexto atual. Para isso precisa de apoio financeiro, contribuição para a organização de um grupo de filiados ou indicação de possíveis patrocinadores. Informações pelos telefones: (011)549-3210 - Siliane. Organização da viagem com Zizi ou Mitie pelos telefones (011)604-1105 ou 604-0680.

Grupo de reflexão para mulheres

Corpo em movimento/imagem da mulher, sexo e sexualidade, amor, parcerias, casamento, família, saúde, autonomia e dependência. Esses são alguns dos temas que serão discutidos no Grupo de Reflexão, Vivências e auto-expressão para mulheres. As atividades vão ser coordenadas pela terapeuta corporal, Djanira Ribeiro (Achinta) que tem grande experiência de trabalho com Sexualidade e Saúde da Mulher em clínica privada, instituições e grupo de mulheres e ONG'S no Brasil e em outros países. Serão usadas técnicas

múltiplas de expressão, comunicação tais como: trabalho corporal, respiração, discussão, vídeos, dramatizações, linha da vida, leituras, meditações, desenhos e relaxamento. O que se pretende no grupo é capacitar as mulheres a cuidar de seu próprio corpo e de sua saúde, ajudar as mulheres a curar feridas pessoais, ampliar a percepção, o resgate da intuição e da força.

As mulheres interessadas em participar do Grupo devem ligar para: (061)364-1483.

Movimento de mulheres se fortalece na América Latina



fempress n.º 127

A história do movimento de mulheres latino-americano é muito semelhante. A condição comum de países em desenvolvimento, os longos anos de ditadura militar, nos deram uma trajetória em tudo muito parecida. As nossas experiências atuais com as tão emergentes quanto frágeis democracias, as tentativas de manter o equilíbrio sob os fortes ventos de globalização, a implementação de mercados comuns na região são motivos que em tudo justificam a troca de experiência e o intercâmbio de informações do movimento de mulheres da América Latina.

Foi pensando nisto que representantes do CFEMEA, juntamente com os grupos Flora Tristan, do Peru, e Equidad de Género, do México, reuniram-se em Lima, em setembro último. Depois de identificar as principais carências e

metas do movimento na região, as três organizações feministas vão traçar uma proposta de treinamento. Para tanto, já está sendo desenvolvido um manual para workshops, que conterà dinâmicas a serem utilizadas, bibliografia básica e leituras orientadas, além de técnicas e estratégias para lidar com os meios de comunicação e orientação sobre os instrumentos para o acompanhamento das Plataformas de Ação de Cairo'94 e Beijing'95.

O principal objetivo do projeto, que conta com o apoio da Fundação Ford, é fortalecer o movimento de mulheres da América Latina, a partir da consolidação de uma base comum no que se refere a perspectiva política feminista, ao seu discurso e argumentação, e ao know how desenvolvido com vistas a construir, visibilizar e inserir uma força impulsora da agenda de transforma-

ção das instâncias público-políticas. Desta primeira fase, está encarregado o grupo Equidad de Género.

Como parte deste projeto, em junho do próximo ano, no Peru, estará se realizando um primeiro seminário regional - o grupo Flora Tristan é o responsável pela sua realização - que reunirá organizações de mulheres de oito países da região (Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, México, Nicarágua e Peru), as quais serão multiplicadoras da atividade em seus países.

Neste sentido, das 60 candidatas, o grupo Flora Tristán selecionará 30 que estejam comprometidas com a proposta de trabalhar o tema dos direitos reprodutivos como eixo de luta por uma cidadania radical. Além disto, serão levadas em consideração a sua capacidade de liderança, articulação, réplica e multiplicação dos seminários, bem como da organização a que pertença.

O CFEMEA está em contato com a RedeSaúde para definirem juntas os nomes das 12 candidatas do Brasil às 6 vagas a que temos direito.

A terceira fase do projeto - multiplicação do seminário regional em cada país - está a cargo do CFEMEA. Uma pequena parte dos recursos para a realização dos seminários nacionais já está acertada e daqui até junho, ao nível de cada país, esperamos poder ampliar esta margem.

CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria
SCN Qd. 06 Bl. A S/602 - Ed. Vênâncio 3000
70718-900 - Brasília - DF